

Pacote amargo, mas necessário

ACM acha que aumento do IR sacrifica os contribuintes e pede alternativa

GERUSA MARQUES

OS ALIADOS do Governo no Congresso receberam o pacote de medidas fiscais, anunciado ontem, como um mal necessário e a única saída para o Governo enfrentar a crise internacional. A maior resistência dos governistas está no aumento do Imposto de Renda para as pessoas físicas. Medidas impopulares como essa em período pré-eleitoral têm difícil aceitação entre os parlamentares, que trabalham pela reeleição no ano que vem.

O PFL, aliado com maior número de deputados na Câmara, acha que algumas medidas podem ser modificadas. De acordo com o presidente do partido, deputado José Jorge (PE), o aumento de impostos é a parte mais difícil do pacote.

O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) acredita que os recursos, no valor de R\$ 1 bilhão, que serão obtidos com a elevação da alíquota podem vir de outras fontes. "Acho que não se deveria taxar a pessoa física que já está comprometida por demais nos seus ganhos".

Apesar das ressalvas, Magalhães assegurou que o Congresso vai se empenhar para aprovar as medidas necessárias. Ele reforçou a idéia de se fazer um esforço e trabalhar também nos fins de semana para concluir as votações até o fim do ano.

Reunião - A executiva nacional do PFL se reunirá amanhã para definir a posição sobre cada ponto do pacote. O PSDB também vai reunir a bancada, mas o líder tucano na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), já anunciou o apoio integral às medidas.

Na semana passada, o secretário-executivo do PSDB, Arthur Virgílio (AM), declarou que o partido não aceitaria aumento de impostos. Perguntado sobre a mudança repentina de posição, o líder Aécio Neves disse que foi por essa razão que os aumentos não foram maiores do que os que trazem as medidas. "O

Fotos: Felipe Barra



Antônio Carlos: "Contribuinte já está com seu ganho comprometido"

pacote foi no limite da necessidade. Não vamos negociar porque não queremos colocar em risco a sociedade", afirmou.

O PMDB também reunirá os deputados para discutir o pacote. O líder do partido, deputado Geddel Vieira Lima (BA), disse que a bancada vai fazer um exame cuidadoso das medidas tributárias e previdenciárias, "sem que isso signifique rejeição", alerta. Na opinião do líder, o aumento do Imposto de Renda assusta e pode causar reação negativa. "Os trabalhadores e a classe média já estão suficientemente onerados", concluiu.

Resposta - Das 50 emendas, 23 dependem da aprovação do Congresso. Os parlamentares precisam dar

uma resposta rápida às decisões do Governo, principalmente para as medidas que alteram impostos, como a do Imposto de Renda. Pelo princípio da anterioridade previsto na Constituição, a Medida Provisória do IR tem de ser aprovada ainda nesse ano para valer para o ano que vem, como quer o Governo.

Com a pressa do Governo, voltou-se a cogitar a convocação do Congresso para trabalhar extraordinariamente em janeiro. O deputado Benito Gama (PFL-BA), que já foi líder na Câmara lembra que quanto mais próximo da eleição, mais difícil será votar medidas impopulares. "Seria melhor trabalhar em janeiro e fevereiro", alerta.